

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Letras (FALE) da Universidade de Minas Gerais (UFMG)**  
**Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura**  
**e Produção de Texto**

**Jaqueline Gomes de Souza**

**A LITERATURA ENGAJADA DE CONCEIÇÃO EVARISTO:**  
**eixos interseccionais.**

**Belo Horizonte**

**2022**

**Jaqueline Gomes de Souza**

**A LITERATURA ENGAJADA DE CONCEIÇÃO EVARISTO:  
eixos interseccionais.**

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto (PROLEITURA).

Orientador: Prof. Dr. Roberto Alexandre do Carmo Said

**Belo Horizonte**

**2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

### ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DA ALUNA JAQUELINE GOMES DE SOUZA

Realizou-se, no dia 20 de julho de 2022, às 17:00 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A literatura engajada de Conceição Evaristo: eixos interseccionais*, apresentado por JAQUELINE GOMES DE SOUZA, número de registro 2020741533, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Prof. Roberto Alexandre do Carmo Said - Orientador, Prof. Mário Fernandes Rodrigues (UFVJM), Prof. Samuel Rezende Moreira.

A Comissão considerou o Trabalho:

Aprovado

Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2022.

Prof. Roberto Alexandre do Carmo Said (Doutor)

Prof. Mário Fernandes Rodrigues (Mestre)

Prof. Samuel Rezende Moreira (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Rezende Moreira, Usuário Externo**, em 21/07/2022, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alexandre do Carmo Said, Professor do Magistério Superior**, em 03/08/2022, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mário Fernandes Rodrigues, Usuário Externo**, em 05/08/2022, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1617397** e o código CRC **0537EF53**.

## **Resumo**

Pretende-se, com este trabalho, tomar o conceito de interseccional como ferramenta de análise do conto “Rose Dusreis”, inserido em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011), de Conceição Evaristo. Para tanto, iremos apontar os debates desenvolvidos por Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro que, muito antes do termo “Interseccionalidade” ser formalmente nomeado, já constituíam em seus discursos e excertos acadêmicos questões que pairavam sobre a concepção interseccional, isto é, sobre o racismo, sexismo e classe social, no âmbito dos movimentos sociais da sociedade brasileira. Desta forma, apresentaremos também as concepções de Carla Akotirene e Kimberlé Crenshaw a respeito da interseccionalidade, avaliando como a noção poderia abrir canais de leitura para a narrativa ficcional de Evaristo.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Conceição Evaristo; Feminismo Negro; Rose Dusreis

## **Abstract**

It is intended with this paper, study the intersectional concept used by some of the authoress and from this theoretical approach, to analyze if this theory occur in the main character and also in the story on the eleventh tale of the book “Insubmissas Lágrimas de Mulheres” (2001), by Conceição Evaristo. Therefore, we will point out all the concepts developed by Lelia Gonzales and Sueli Carneiro who already included in their speeches and also in their academic studies the subject of intersectional concept many years before the term “intersectionality” had been formally named. In other words, in their time they were already discussing racism, sexism and social class that existed among social movements and in Brazilian society. in such manner, we will introduce the concept about intersectionality written by Carla Akotirene and Kimberle Crenshaw as a methodological tool by reason of analise and prove if the history named as “Rose Dusreis” by Evaristo whether or not the story runs through the intersectional bias.

Key words: Intersectionality; Conceição Evaristo; Black Feminism; Rose Dusreis.

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>2. A perspectiva interseccional: compreendendo a contemporaneidade e revisitando o passado.....</b>	<b>7</b>
<b>3. Conceição Evaristo .....</b>	<b>13</b>
<b>4. Rose Dusreis: Um possível conto interseccional .....</b>	<b>16</b>
<b>5. Conclusões .....</b>	<b>26</b>
<b>6. Referências .....</b>	<b>29</b>

## 1. Introdução

A interseccionalidade<sup>1</sup> num sentido amplo e difundido do conceito se caracteriza, sinteticamente, pelos diversos marcadores sociais como por exemplo, o gênero, a classe e a raça, atravessando e interagindo entre si, e conseqüentemente, interferindo na configuração social em que vivemos. O termo foi nomeado pela norte americana Kimberlé Crenshaw, cuja formulação será mais a frente apontada neste trabalho. Interessa-nos, neste momento, pensarmos na essência da interseccionalidade que tem se manifestado nas últimas décadas – principalmente na esfera do feminismo negro – como uma importante abordagem em diálogo com o compromisso humano e social que a literatura engajada revela.

Nesse sentido, a hipótese de pesquisa para este artigo, apresentado como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto – “PROLEITURA”, acha-se na possibilidade de que a literatura da escritora mineira Conceição Evaristo esteja vinculada a um compromisso estético e social, o qual também se encontra nos movimentos sociais, especialmente no feminismo negro. Mais do que isso, partimos do seguinte questionamento: seria possível identificar na obra e nas personagens femininas de Evaristo um veio estético, histórico e social que se comunica com o viés interseccional articulado com o feminismo negro?

Para responder a esta pergunta, nos apoiaremos nas acepções que moldam a teoria interseccional inserida na retórica do feminismo negro, evidenciando autoras que pontuam e questionam as conjunções de raça, classe e gênero nos movimentos sociais. Nosso propósito, desta forma, é o de estabelecer conexões teórico-metodológica que o conceito de interseccionalidade pode proporcionar, especialmente, na relação entre gênero e raça que, em conjunto com a proposição de enegrecer o feminismo postulado por Sueli Carneiro, pode evidenciar discursos e reflexões também observados na ficção literária.

Dadas tais considerações, estudaremos a interseccionalidade traçando seu viés na atualidade e nas raízes do conceito, contextualizando as abordagens estipuladas pelas intelectuais negras brasileiras, engendrando as interações acerca do racismo, sexismo e outras formas de opressão, que podem dialogar, ou não, com as personagens e história de Conceição Evaristo aqui citada.

---

<sup>1</sup> Este trabalho leva em conta a interseccionalidade como concepção que confronta os marcadores sociais, de gênero e de raça. Desta forma, a interseccionalidade neste sentido, refere-se aos discursos reproduzidos no interior do feminismo negro e na premissa do termo conceitual postulado por Crenshaw (1989) e pela brasileira Carla Akotirene (2020).

## **2. A perspectiva interseccional: compreendendo a contemporaneidade e revisitando o passado**

A interseccionalidade, como nomeada e conhecida na contemporaneidade, foi corporificada pela então jurista e ativista negra Kimberlé Crenshaw, em seu artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, em 1989. A noção proferida por Crenshaw apresenta-se como uma ferramenta analítica que busca dar respostas às análises feministas e antirracistas, posto que segundo a autora ambos os movimentos não levavam em conta as diferentes experiências que atravessavam os indivíduos. A interseccionalidade, neste sentido, rompe com a visão monolítica de análise à medida que considera as diversas formas bem como as combinações de opressões simultâneas.

De acordo com a estadunidense, a análise tradicional, ou melhor, monolítica, fracassava por não levar em conta algo que estava inserido dentro das realidades que se manifestavam nos próprios movimentos (feministas e antirracistas). Em vista disso, conforme afirma Crenshaw (2002), a interseccionalidade buscava capturar os efeitos e as práticas de interação entre os diferentes eixos de subordinação e de poder, os quais os movimentos de resistência “isolados” não davam conta de suprir simultaneamente:

[...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludente; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Nessa acepção, percebe-se que os processos discriminatórios não são entendidos e percebidos isoladamente, mas como uma complexidade de múltiplos sistemas excludentes que se cruzam, tornando-se, a partir de então, necessário compreender e identificar como essas dinâmicas ocorrem e por onde elas se manifestam.

Consequentemente, o princípio interseccional contribui para identificar as situações interagidas com a discriminação de gênero, raça e classe social, reproduzidas e transformadas pelas relações de poder. Desta forma, o conceito passa então a valer-se das categorias de gênero

e raça interligadas com outras categorias de diferença e de opressão, as quais afetam especialmente as mulheres negras.

O pensamento interseccional concebido Crenshaw (1989) constitui grande contribuição para o entendimento e aprofundamento do debate racial. Entretanto, ao que se verifica, muito antes da ativista norte-americana nomear tais manifestações existentes nos movimentos feministas e antirracistas, no Brasil, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e outras ativistas negras brasileiras, anteriores à emergência deste conceito, já debatiam e colocavam em pauta temáticas semelhantes e, por vezes, muito próximas as de Crenshaw.

Importante salientar que o intuito não é de estabelecer críticas à teoria levantada por Crenshaw (1989), ao contrário, pois é enorme e inegável a colaboração que a autora desenvolveu para o mundo acadêmico no cerne dos debates que perpetuam nos movimentos sociais e nas teorias feministas e antirracistas, bem como a influência por ela exercida nas mulheres negras até os dias atuais. No entanto, salientamos também, as contribuições das intelectuais brasileiras, que antes e agora, vêm colaborando de forma significativa para compreender as questões entrecruzadas pela raça, classe e gênero.

Assim sendo, ressaltamos por hora, a compreensão interseccional reverberada pela brasileira pesquisadora e assistente social, Carla Akotirene, em *Interseccionalidade* (2020), livro no qual a assistente social traz à luz o conceito de interseccionalidade vinculado sob diferentes olhares e sistemas de opressões – embora ainda seja possível observar influências de Crenshaw em suas ideias. Todavia, pode-se perceber que, em Akotirene, a interseccionalidade vai além das propostas estabelecidas pela intelectual estadunidense.

Para a pesquisadora brasileira, a interseccionalidade é um instrumento heurístico e metodológico, que tem como propósito, “descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria interseccional e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas” (AKOTIRENE, 2020, p.20). Dessa maneira, o conceito de interseccionalidade para a estudiosa brasileira, apresenta-se como um método que visa compreender as diferentes formas de opressão e do racismo que decaem nas mulheres de cor, terceiro-mundistas, caribenhas, africanas e lésbicas, entre outras.

Akotirene (2020) ressalta, ainda, que este método vai ao encontro com o feminismo negro, uma vez que este movimento “dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2020, p.23). Não o bastante, para a autora, a interseccionalidade também é um método instalado em confronto com demais teorias ocidentais, tais como o “feminismo da mulher universal e o marxismo” (AKOTIRENE, 2020, p.36). Estas teorias, para a pesquisadora, refletem um pensamento eurocêntrico que não privilegia outras culturas e outros saberes de nações que

foram colonizadas. Assim, a estudiosa explicita que a interseccionalidade deve propor um espaço crítico e analítico, a fim de compreender a “[...] fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna” (AKOTIRENE, 2020, p.38).

Frente a esta concepção, nota-se que para a pensadora brasileira a interseccionalidade, tomada como ferramenta metodológica, cria um espaço de debates articulados com o pensamento decolonial e com o feminismo negro, como pode-se observar no trecho a seguir:

A matriz de opressão europeia tem procurado retirar os racismos ocidentais do foco usando a interseccionalidade para cruzar gênero-nação-sexualidade, de modo a expor quão desempoderadas são as mulheres terceiro-mundistas. [...] O apagamento epistêmico ainda é o “salário” da experiência salgada de modo que me ancore completamente à teoria do ponto de vista feminista negro. Metodologicamente, adoto atitude decolonial, transdisciplinar ensinando a teoria transgredir como Bell Hooks, cartografando o pensamento de mulheres negras e terceiro-mundistas.” (AKOTIRENE, 2020, p.42).

Nesta lógica pronunciada por Akotirene (2020), a pesquisadora abraça as estudiosas brasileiras terceiro-mundistas, que antecederam o prisma interseccional e alvoreceram o feminismo negro no Brasil, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

No que tange a Sueli Carneiro, como dito anteriormente, a filósofa e ativista nunca usou o termo “interseccionalidade” durante seus discursos e exposições acadêmicas, todavia, segundo Akotirene (2020), a não utilização específica do termo tal como conhecido “não descredencia a premissa do termo existente há quase trinta anos, e aliás, faz coro à proposta da pensadora de enegrecer o feminismo” (AKOTIRENE, 2020, p.101). Diante disso, considera-se, portanto, necessário revisitar as interações do racismo, sexismo, classe e outras opressões relacionadas que engendraram os posicionamentos de autoras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

Em “Mulher negra”, artigo publicado no ano de 1985 por Sueli Carneiro, já se nota argumento a respeito do esforço de se configurar um movimento de mulheres negras que trouxesse para o centro do debate as demandas específicas da mulher negra na sociedade brasileira. Carneiro pontua que ao “situar-se na intersecção do Movimento Negro e do Movimento Feminista, exprime a identidade com a problemática decorrente do racismo e discriminação racial, e ainda, com as questões gerais colocadas pelo sexismo.” (CARNEIRO, 1985, p.39).

Desta forma, Carneiro (1985) reporta-se a essas identidades não representadas nem no interior do discurso feminista nem no interior das pautas que compunham o movimento negro,

pois no movimento de mulheres, por exemplo, apresentava-se uma problemática universalizada diante das necessidades que contornavam as mulheres, padronizando, assim, experiências por vezes, diversas.

No Movimento Negro, a ativista menciona as questões referentes à problemática específica da mulher negra, cujas demandas não eram abordadas de maneira efetiva. Neste panorama, as mulheres negras no interior da organização não atuavam politicamente numa escala e proporção exigida pelo grupo, ressoando por efeito, esmorecimento do movimento como um todo.

Nesse sentido, a mulher negra sentia-se descolada tanto do movimento negro quanto do movimento feminista no país, dado que o movimento de mulheres, até então, como mencionado antes, não reconhecia as diferenças e desigualdades entre o universo feminino, desconsiderando, inclusive, “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo” (CARNEIRO, 2003, p.118).

Dentro desta conjuntura, e somada ainda a falta de representatividade, as mulheres negras quando comparadas aos homens negros encontravam-se em situação social dessemelhante. Carneiro (1985) já mencionava que “o caráter da desigualdade baseada na diferenciação de sexo se acentua quando se considera as diferenças existentes entre homens e mulheres negras, em termos de instrução.” (CARNEIRO, 1985, p.39). Em outras palavras, a mulher negra estendia-se a várias camadas de desatenção; tanto em níveis trabalhistas quanto sociais e econômicos.

Diante de tal problemática, urge como exigência a reelaboração de um discurso capaz de dialogar com distintas mulheres vítimas de outras formas de opressão em todo o país. Assim, vê-se a necessidade delas se afirmarem como um novo sujeito político, com uma nova agenda, pela qual se articulam “as variáveis de gênero, raça e classe, colocando novos e mais complexos desafios para realização da equidade de gênero e raça em nossa sociedade” (CARNEIRO, 2003, p.117).

Foi, portanto, a partir de profusos desafios que imbricavam as lutas das mulheres negras, que se institui o conceito de “enegrecer o feminismo”, do qual Carneiro (2011) explicitou em um de seus discursos:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as

reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2011, p.2).

Deste modo, apreende-se que além de demandarem por uma nova agenda em busca de articulação e organização pelos seus próprios direitos, também é possível notar uma sentença que se assemelha com a interseccionalidade ressoada por diferentes intelectuais. A concepção consolidada do feminismo negro nacional, que embora em suas raízes e origem não se aportam à interseccionalidade propriamente dita, despontaram de semelhante modo, para pautas antirracistas, antissexistas e dimensões referentes à classe.

Diante disso, é importante mencionar que a origem do feminismo negro brasileiro tracejado pela voz transgressora e reveladora da simbiose sexista e racista da nossa sociedade, poderia ser identificada antes mesmo do discurso da filósofa Sueli Carneiro, ou seja, com o trabalho intelectual da antropóloga e ativista Lélia Gonzalez, isto porque sua militância também já configurava os fundamentos que se somam na teoria interseccional.

Em 1982, Gonzalez publicou um artigo intitulado “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”, traçando a respeito da mulher negra dados históricos, culturais, econômicos e políticos desde a escravização até a atualidade daquele momento. Importante observar que, neste artigo, Gonzalez alude também para a situação da mulher negra ao redor do movimento feminista no país, chamando a atenção para o afastamento que exerciam diante das problemáticas inerentes as mulheres negras ainda naquela época.

Gonzalez atesta que, na “maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc., não atenta para o fato da opressão racial.” (GONZALEZ, 1982, p.411).

Em vista disso, a pensadora ressalta que quando se fazia referência ao racismo e a suas práticas entrepostas pela situação da mulher negra nos debates femininos havia um posicionamento que, segundo a antropóloga, caracterizava como um duplo sintoma: “de um lado, o atraso político [...], e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela branca.” (GONZALEZ, 1982, p.411).

Assim sendo, Gonzalez conclui em seu texto que a mulher negra ocupa uma posição demasiadamente negativa na sociedade brasileira, uma vez que além das formas de superexploração e alienação da qual está submetida, também não encontra espaço representativo e simbólico no movimento feminista. Em frente a tantas exclusões impelidas as mulheres negras, ela acrescenta que ser negra no Brasil é “ser objeto de tripla discriminação,

uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no mais alto nível de opressão.” (GONZALEZ, 1982, p.409).

Para a ativista, a tríplice discriminação pela qual a mulher negra é fixada, compreende-se pela condição da mulher negra enquanto raça, classe e sexo. Adicionada a estas condições, Gonzalez (1988) incorpora uma nova narrativa discursiva, em que contestava e refletia sobre várias conjunturas das mulheres negras além das fronteiras nacionais.

A autora vai ainda mais longe, ao conceber a amefricanidade em seu texto de 1988, sugerindo, conforme sublinha Akotirene (2020), uma postura metodológica que “interseccionam as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental.” (AKOTIRENE, 2020, p.33).

Perante a este novo panorama que Gonzalez (1988) configurou, equipara-se de um modo parecido ao posicionamento interseccional sustentado por diversas autoras da atualidade, como ao da própria Akotirene, por exemplo. Este posicionamento interseccional é destacado nos escritos de Flávia Rios e Alex Ratts (2016), no capítulo “A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez” do livro *Pensadores Negros – Pensadoras Negras* (2016), no qual os autores asseguram que:

De fato, a autora figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade como uma questão teórica e política. Podemos dizer que Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negros, feminista e homossexual, por exemplo). (RIOS, RATTTS, 2016, p.395).

Fazendo jus aos argumentos de Akotirene (2020), Rios e Ratts (2016), pode-se constatar em vários outros textos de Gonzalez, o viés interseccional tracejado pela preocupação da ativista acerca das dimensões de opressões que as mulheres passavam, entre elas, a de classe e de raça. Atente-se também, para as denúncias que Gonzalez empreendia no âmbito nacional referente a questão do negro no país, em particular o da mulher negra, indicando seu caráter subalternizado, exploratório e ideológico.

Há que se notar, ainda, a postura decolonial do qual Gonzalez assumiu a partir dos anos de 1980, refletindo para discussões além das fronteiras nacionais e dialogando com uma narrativa transnacional, isto é, da chamada “América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa” (GONZALEZ, 1988, p.72). Neste contexto, o racismo latino-americano para Gonzalez configura uma nova interpretação dos brasileiros (não

apenas para os não brancos, mas para todos os brasileiros), por assim afigurarem como “latinoamefricanos”.

Por fim, se percebe nos textos de Gonzalez, um feminismo transnacional que se aproxima e dialoga com as diversas culturas e políticas de mulheres negras de outras nacionalidades, ao passo que defende, também, a garantia da autonomia nos espaços e coletivos de mulheres negras, indígenas e pobres por todo território nacional.

Esses trabalhos de Gonzalez e Sueli Carneiro, assim como de outras militantes da mesma geração e das gerações posteriores frente ao feminismo negro, representam hoje uma postura crítica e analítica que contempla as discussões do racismo e sexismo nas mais variáveis situações de mulheres negras no país. Por meio destas intelectuais, avista-se que a interseccionalidade da raça, da classe e do gênero é elevada a outras significações, “movimentando a textura intelectual não linear, não objetiva e não neutra da interseccionalidade.” (AKOTIRENE, 2020, p.33).

### **3. Conceição Evaristo**

Tratando da interseccionalidade pautada no feminismo negro, vale salientar resumidamente a obra de Evaristo, porquanto a mesma no seu percurso civil e literário, já entrecruzava pautas sociais, femininas e antirracista.

Conceição Evaristo nasceu no ano de 1946 na cidade de Belo Horizonte, filha de pais pobres e irmã de nove irmãos, trabalhou como babá e faxineira até conseguir ser professora, na cidade do Rio de Janeiro, em 1973. Sua estreia na literatura e nos movimentos sociais, como aponta a pesquisadora Bárbara Araújo Machado (2014), foi com o grupo Negrícia: Poesia e Arte de Crioulo, criado no Rio de Janeiro em 1982, no entanto, seu primeiro lançamento foi um poema, publicado em 1990 no Cadernos Negros do grupo Quilombhoje, nomeado “OS SONHOS”<sup>2</sup>, desde então, a escritora ampliou sua presença na literatura brasileira.

Seus primeiros romances, Ponciá Vicêncio (2003) e Becos da Memória (2006) foram publicados pela editora Mazza, seguido de Poemas da recordação e outros movimentos (2008) organizados pela editora Nandyala. Em seguida, uma sucessão de outras coletâneas de contos - Insubmissas lágrimas de mulheres (2011), e Olhos d'água (2014), lançados pelos editoriais Nandyala e Pallas, respectivamente. Seus últimos trabalhos são Histórias de leves enganos e

---

<sup>2</sup> Poema na íntegra disponível em: <https://www.quilombhoje.com.br/site/poema-1/>

parecenças (2016 – Malê), e o romance *Canção para ninar menino grande* (2018), veiculado pela editora Unipalmarensis.

O primeiro ponto que observamos neste simples trajeto cronológico de literatura de Evaristo são os anos de lançamento de cada obra. Nota-se que a escritora produziu em quinze anos sete livros, em um intervalo máximo de três anos para cada lançamento. As editoras também chamam atenção por serem todas elas marcas voltadas a literatura de cunho étnico-racial, especializadas, por exemplo, nas divulgações de livros dedicadas a temas como religião, cultura e filosofias afro-brasileiras.

Vale destacar também que, nas obras aqui apontadas do percurso literário de Literatura de Evaristo, a maioria dos protagonistas são personagens negros e do sexo feminino, como a exceção da obra *Canção para ninar menino grande*, visto que há no romance um personagem masculino negro no centro da cena, porém, rodeado pela presença de outras personagens secundárias femininas negras, operando diretamente na narrativa e no destino do personagem central.

A título de exemplo, em seu primeiro romance *Ponciá Vicêncio*, as categorias de raça e classe se reverberam com maior força por toda a história e se localizam tanto na personagem principal quanto nos personagens secundários, pois escancara as dificuldades que eles enfrentam devido a etnia e classe social a que pertencem – como é possível notar no fragmento externado do pensamento de Ponciá: “as vezes ficava matutando para quem a vida se tornava mais difícil. Para a mulher ou para o homem [...] E acabava achando que, pelo menos para os homens que ela conhecia, a vida era tão difícil quanto para a mulher.” (EVARISTO, 2003, p.55). As questões de gênero neste livro corporificam a herança da escravidão situada nos contornos sociais e culturais que afetam a protagonista, mas que também operam de modo parecido, nos corpos negros dos homens que Ponciá conhecia.

Em contraste com *Ponciá Vicêncio*, a poética ficcional de *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), encontra-se expressamente construída e delineada pelo gênero. Nesta coletânea de contos, “as histórias são ‘colhidas’ pela narradora em suas andanças, mas também chegam até ela, a surpreendê-la, como se a necessidade de falar e o desejo de ouvir agissem como força a aproximar essas mulheres.” (FIALHO, 2018, p.193).

É interessante observarmos que este jogo entre “ouvir e falar”, tecido entre a narradora e as contadoras de histórias, perpassa uma relação dialógica de experiências que se materializam na escrita. As contadoras de histórias, ou dizendo de outro modo, as personagens-narradoras que relatam suas experiências de vida em *Insubmissas lágrimas de mulheres* ilustram no plano da ficção, cada qual com sua história, o universo múltiplo que incide perante o corpo da mulher

negra; sonhos, superações, estereótipos, traumas, racismo, opressão, e outras formas distintas de violência contra a mulher. Contudo, contadas a partir de uma experiência de insubmissão.

No que se refere as demais obras de Evaristo mencionadas, Constância Lima Duarte cita que elas estão marcadas “por uma poética de alteridade comprometida com a crítica social, a história dos afrodescendentes, a ancestralidade cultural, ao lado de profundas reflexões sobre a mulher” (DUARTE, et al., 2018, p.10).

Partindo desta perspectiva adotada por Duarte et al (2018), podemos então considerar ou criar a hipótese de que a autonomia criadora de Evaristo, isto é, a sua liberdade frente a criação literária relativas a vários temas, se posiciona especialmente em relação aos marcadores sociais como classe, raça e gênero. Desta maneira, podemos ainda imaginar que, talvez, estes marcadores que exercem força e influenciam em sua produção literária partem de uma experiência pessoal a partir de sua raça, do seu gênero, e de sua realidade social.

Dentro desta possibilidade, o termo “escrevivência” o qual Evaristo cunhou, toma uma dimensão muito pessoal, pois se trata, nas palavras da própria autora, da escrita alicerçada nas experiências enquanto mulher e afrodescendente na sociedade brasileira, da “escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2007, p.20).

O termo “escrevivência”, segundo uma entrevista em que a escritora concedeu a revista PUCRS, surgiu em 1994 em sua dissertação de mestrado. A escritora realizou um jogo de palavras que viabilizava a escrita e a vivência, ou seja, o ato de escrever associado com o ato de viver, configurando a princípio, a palavra “escreviver”. Mais tarde, em 2005, o termo ganhou outra proporção mediante um texto publicado em anais de evento e com a participação da autora em um seminário sobre “mulher e literatura”, na cidade do Rio de Janeiro. Apoiada em tais entornos, foi-se somando mais interessados e leitores frente ao conceito empregado por Evaristo.

Sem a intenção de esgotar ou reduzir as possibilidades que o termo “escrevivência” desperta, constata-se, como a própria autora salientou ao definir o termo, que a biografia de Evaristo, isto é, que a sua experiência enquanto mulher, negra e advinda de uma posição social subalterna, “funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e poder de persuasão à narrativa.” (OLIVEIRA, 2009, p. 88).

Desta forma, Evaristo, enquanto escritora, explora a multiplicidade oferecida pelo texto literário para contornar “reflexões sobre raça e gênero, sem deixar sua literatura cair na cilada da idealização.” (DUARTE, et al., 2018, p.10). Sua escrita transita preeminente na verossimilhança com a realidade social da maioria das mulheres negras no Brasil. Por efeito, suas histórias, convertidas em narrativas, romances e poemas, tornam-se coletivas e amplia o

debate sobre raça, gênero e classe, enlarguescendo-se para múltiplos diálogos e caminhos que se entrelaçam e se cruzam.

Afinal, a literatura (que a propósito, apresenta-se em uma dimensão exponencialmente complexa e não se restringe nos limites apontados aqui neste trabalho), como produto social e como força simbólica de representações culturais, políticas e sexuais (relativas ao gênero), ultrapassa a simples decodificação formal e estilística da palavra, porquanto oferece elementos que “determinam a sua validade e o seu efeito sobre nós.” (CANDIDO, 2006, p.24).

#### **4. Rose Dusreis: Um possível conto interseccional**

No livro de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), Conceição Evaristo dá voz narrativa às diferentes histórias e personagens que são marcadas pelo traço da violência física e simbólica. Contrastando com essas marcas de violência, as histórias também transcorrem por alegrias, dramas e conflitos que sobrevivem de uma realidade brasileira em que muitas mulheres negras estão cotidianamente expostas. Composto por treze contos, cujos títulos trazem para a superfície sugestivas histórias de personagens femininas negras que enfrentam ou enfrentaram em busca de suas realizações, as mais destoantes situações de rejeição, de vulnerabilidade social, familiar e discriminatória.

Mesmo ficcionais, as histórias exibem traços da realidade dos quais muitas mulheres negras estão ou foram acometidas em maior, ou menor grau, em todo país. Em vista disso, evidenciaremos um conto do livro que demarca um enredo baseado na submissão imposta pelo gênero, pela raça e pela classe, delineando o viés interseccional perpassado pelo feminismo negro de Carneiro e Gonzalez, e realçando, por fim, a força da literatura como instrumento humanizador que versa com a sociedade.

Antes, porém, acha-se necessário fazer um resumo do conto “Rose Dusreis”, mesmo que brevemente. A história emerge sobre o desejo e dificuldades da protagonista para ser bailarina. Ainda criança, Rose Dusreis sonhava em se dedicar a dança, mesmo diante das adversidades advindas de sua classe social e de sua raça. Destinada a representar a arte, ela enfrenta dificuldades para poder se expressar em sua casa e até na escola, instituição esta que, como mais a frente pontuaremos, em determinados momentos foi atuante como aparelho reprodutor da violência simbólica e racista por meio de seu corpo docente.

Após a morte do pai, ainda durante sua infância, sua mãe torna-se a única provedora da família e se vê obrigada a encaminhar suas filhas para lugares diferentes. A primeira a ser desgarrada foi a mais velha; Adiná, que aos onze anos de idade, submeteu-se diante das

circunstâncias, a trabalhar como babá em um lugar distante. Depois, foi a vez da nossa personagem principal a ser encaminhada para um colégio de ordem religiosa e assistencialista, restando apenas sua mãe e mais três irmãs mais novas no seio familiar.

Perante tal premissa, a história de Rose Dusreis se desenrola sob um contexto carregado de preconceito racial e social, mas também travestido de resistência e superação, pois “[...]. Tudo nela era dança.” (EVARISTO, 2011, p.115). A partir deste cenário sucintamente apresentado, iremos então materializar nossa análise, instrumentalizando a interseccionalidade e a literatura como lócus social e coletivo.

Conceição Evaristo (2011), neste livro, bem como repara Fialho<sup>3</sup> (2018) explora a pluralidade que o texto literário propõe, alternando o foco narrativo das histórias ora em primeira pessoa, ora em terceira pessoa, diversificando “a organização discursiva: discurso direto, indireto e indireto livre, de modo que o leitor se transporte para a cena e se constitua, ele também, como ouvinte da matéria narrada” (FIALHO, 2018, p.188).

Contudo, no conto “Rose Dusreis” em particular, a voz do narrador se insere no discurso em 1ª pessoa, participando em alguns momentos da história primária narrada. Tal característica na perspectiva de Genette (1995), trata-se de um narrador metadieético, o qual produz uma narrativa que tem a função de “responder à diegese a pergunta: “quais os acontecimentos que conduziram à situação presente?” (GENETTE, 1995, p.233).

Considerando esses traços formais da literatura, a construção da história de “Rose Dusreis” incita a delinear os acontecimentos em que levaram a voz narradora a ter tanto interesse pela história de Dusreis, visto que, como refere Fialho (2018), a narradora se encanta por Rose logo no início do conto, passando a imaginar que esta teria boas histórias pra lhe contar:

Dusreis, bailarina, dançarina, desconhecendo a minha incompetência para a dança e para música, logo se anunciou como professora dessas duas artes e me convidou para tomar aulas, caso eu quisesse. [...] De bom grado, aceitei o convite, meu intuito era outro. Naquele momento era impossível dizer para Rose que, em matéria de ritmo, sou um declarado fracasso e saí imaginando que aquela mulher deveria ter uma emocionante história para contar. Não me enganei. (EVARISTO, 2011, p.106).

Assim, Dusreis conduz a narradora para “dança-relato” “e ambas se deixam levar pelos passos: da dança e da vida” (FIALHO, 2018, p.194), e o conto se expande para a história

---

<sup>3</sup> Elisangela Aparecida Lopes Fialho: Professora doutora em Literatura de Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) e integrante do Grupo de Pesquisa Letras de Minas Gerais.

biográfica da protagonista. Dusreis, nesse momento, passa a relatar sua história e os acontecimentos que levaram até ela se tornar uma distinta professora de dança.

Rose Dusreis, como personagem principal, conta (como voz narradora do discurso, neste momento), sua história iniciando pela sua infância sofrida e pobre, do qual, influenciada pelas aulas de balé que assistia na escola, deslumbrava o desejo de ser dançarina, contudo, frustrava-se por ser algo incompatível com sua realidade social: “eu nasci com o pendor da dança, embora para a minha família, isso não significasse nada [...] Dançar não nos oferecia nenhum sustento para sobrevivência – não comemos dança, dizia minha mãe” (EVARISTO, 2011, p.108).

Ainda que as dificuldades em torno de realizar este desejo fossem espinhosas, Rose tentou pedir para Atília Lessa, a então professora de música – que fora do horário da escola dedicava-se a um “grupo específico de meninas” (EVARISTO, 2011, p.108) como professora de balé – se ela poderia fazer parte do seletivo grupo de dança, e em troca, “poderia lavar as roupas dela de graça” (EVARISTO, 2011, p.109), no entanto, como resposta, Dusreis, com apenas oito anos de idade, ouviu de Atília Lessa que seu tipo físico “não era propício para o balé.” (EVARISTO, 2011, p.109).

Fazendo inferências com os aspectos que circundam a interseccionalidade como ponto de partida para refletir e mensurar as questões relativas a gênero, raça e classe social, interessamos nesta passagem do conto, a experiência social localizada no âmago da mulher negra, do qual ela é vista, ainda na condição de criança, num processo de formação cultural e social a partir de “diferentes modos de rejeição/integração de seu papel” (GONZALEZ, 1984, p.226).

Gonzalez (1984) pontua, inclusive, que a presença da mulher negra nos ambientes de reprodução e produção cultural ocorrem no Brasil apenas durante o carnaval, tornando-a por alguns dias, a rainha, a musa do samba. Passados os dias do carnaval, o outro lado do “endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade” (GONZALEZ, 1984, p.228).

Paradoxalmente, como assevera Carneiro (2011), a estética carnavalesca recai sobre o corpo da mulher negra como propício para bailar o samba, em contraste, o corpo da mulher negra fora do ritmo do carnaval, “é retratado como antimusa da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (CARNEIRO, 2011, p.2).

Dessa forma, o acesso à cultura e a outros espaços de expressão artística, como o balé, podem ser interpretados neste excerto em duas vertentes que se cruzam; a relação social e a racial. Social porque favorece um “grupo específico de meninas”, cujo lugar não precisa valer-

se, como moeda de troca, da proposta de lavar a roupa da professora de graça. Racial em razão de que o corpo negro não representa o tipo físico apropriado para o balé na visão hegemônica de alguns, mas, em geral, o corpo e a estética negra representam um outro espaço cultural que reproduz segregação, especialmente para as mulheres de cor.

Frente a situações como essa, Gonzalez (1982) argumenta que o lugar da mulher negra nas relações raciais consiste numa “construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado, de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam” (GONZALEZ, 1982, p.405). Isto posto, notam-se os discursos raciais em outro momento do conto, no qual uma das professoras de Rose Dusreis a convida para interpretar durante uma festa na escola, uma “bonequinha preta que cantava e dançava. Dançando, representaria uma personagem de uma história infantil, muito conhecida na época. Feliz, já naquele momento, encarnei o meu papel. Eu era eu mesma, a bonequinha preta.” (EVARISTO, 2011, p.110).

Satisfeita com o convite, nossa protagonista ensaia todos os dias depois da aula no pátio da escola, e esperançosa, acredita ainda que por meio deste papel, poderia até ser requisitada para ser aluna do tão prestigioso balé da professora Atília Lessa. Todavia, Dusreis esperou não só pelo aceno para aulas de balé, como aguardou ansiosamente a oportunidade de ser a bonequinha preta, contudo, como ela mesma relata – “esperei, também, alguma explicação sobre as razões da troca por outra menina. Aguardei o porquê da minha substituição, já na semana da festa, quando uma menina branca, pintada de preto, no meu lugar, fingiu ser a bonequinha negra que eu era.” (EVARISTO, 2011, p.110).

Por intermédio deste relato da personagem principal, é possível identificar os discursos velados de racismo no interior das instituições escolares e entre os docentes. A violência simbólica e racial externada neste trecho, notabiliza a pesquisa de Carneiro (2011) a respeito do racismo na educação infantil. Através de uma pesquisa, foram aferidas as práticas pedagógicas e a relação entre aluno-professor, professor-aluno e aluno-aluno, numa escola da região central de São Paulo (SP).

De imediato, constatou-se que a maioria dos docentes (majoritariamente mulheres), “percebem a existência do preconceito racial na sociedade; entretanto, contraditoriamente, nega que ele esteja presente dentro da escola, como se no tecido social doente a escola representasse uma célula sã.” (CARNEIRO, 2011, p.75). Além disso, após rigorosas observações no interior do cotidiano desta escola, foi também percebido “que a omissão e o silêncio das professoras diante dos estereótipos e dos estigmas impostos às crianças negras são a tônica de sua prática pedagógica.” (CARNEIRO, 2011, p.76).

Levando em conta essas observações de Carneiro (2011), relativas ao racismo incorporado na educação infantil, bem como o extrato do conto, nota-se os estereótipos difundidos a respeito do negro ainda como criança, principalmente quando no conto, a menina substituída por Rose é uma criança branca pintada de preta, pois além de reforçar a discriminação e o racismo da professora contra sua aluna Rose, também fere a autorrepresentação e dignidade da personagem. Por consequência, Dusreis representa as crianças negras que rotineiramente são expostas a vários episódios de racismo.

Na presença do racismo, Carneiro (2011) declara que a criança tem sua imagem inferiorizada, e que nesta situação, as crianças brancas que presenciam cenas de racismo contra outra criança de cor, “provavelmente se sentirão superiores a elas. Estabelece-se, assim, o círculo vicioso do racismo que estigmatiza uns e gera vantagens e privilégios para outros.” (CARNEIRO, 2011, p.76). Neste panorama, tais privilégios e depreciações entre crianças negras e brancas são muito bem explorados e retratados no conto, quando Dusreis é substituída por outra garotinha na peça, mesmo sendo branca, “fingiu ser a bonequinha negra que eu era.” (EVARISTO, 2011, p.110).

Não sendo ainda o bastante, este trecho traz referências ao blackface<sup>4</sup>, que na sua origem ainda no século 19, incentivava os atores brancos a usarem tinta preta para pintarem seus rostos nos espetáculos humorísticos, se comparando de forma estereotipada para ilustrar os comportamentos que os brancos associavam aos negros, ridicularizando-os e os inferiorizando-os. Por aí, pode-se projetar o tipo de estereótipo propagado acerca das pessoas negras; “passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc.” (GONZALEZ, 1982, p.400).

A violência simbólica exteriorizada neste fragmento do conto pronuncia as profundas marcas do preconceito e discriminação racial que se movimentaram e ainda se movimentam nas instituições sociais e culturais. Negar o direito da criança negra de se autorrepresentar ou de se manifestar artisticamente assume na personagem de Dusreis, as práticas de exclusão racial há muito vêm sendo propagada. Como sublinha Gonzalez (1982), “despojaram-no do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso.” (GONZALEZ, 1982, p.77).

Outro ponto importantíssimo do conto, sobrecarregado de marcadores raciais e sociais, ocorre quando o pai de Rose falece. Após a morte de seu pai, sua família é quase desintegrada

---

<sup>4</sup> Artigo publicado no portal da BBC Brasil – Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49769321>

devido sua situação econômica e social. Importante salientar que mesmo sua família sendo desvalida, ela possui parentes distantes ricos; além de sua mãe trabalhar para eles, o sobrenome “Dusreis”, advém deles, no entanto eles não os “reconheciam nem mesmo como parentes distantes.” (EVARISTO, 2011, p.112).

Nessa direção, a gravidade social e racial que marca a história de Rose e de sua família pode ser percebida na passagem abaixo:

Então minha mãe trabalhava para eles, levando a pequeninha, Nininha, no colo. Minha irmã mais velha, Adiná, cuidando de crianças na casa de outros ricos. Penha e Fátima, pequenas, mas já em casa, sozinhas. E eu sendo entregue às irmãs da congregação “Amados do Calvário de Jesus”. Fui entre lágrimas, minhas, de mamãe e de minhas irmãs que estavam em casa. Com Adiná, nem uma despedida foi possível. Entretanto, toda a minha dor ganhava um lenitivo. Minha mãe, entre lágrimas, me havia dito que no colégio em que eu iria morar tinha aulas de canto e dança. E fui, apesar de...apesar de trabalhar intensamente. Acordava cedo, junto com outras meninas tão pobres quanto eu, para ajudarmos no preparo do café das meninas ricas. Aprendi todos os afazeres de uma casa, cozinhar, lavar, passar, arrumar. Descobri, com o tempo, que as irmãs vindas de famílias pobres eram operárias, as domésticas, as agricultoras, enfim, as trabalhadoras exploradas da instituição, e nós, as meninas sem posse alguma, éramos as suas auxiliares.” (EVARISTO, 2011, p.113).

A partir dessa passagem do conto, verifica-se os vários eixos de subordinação e discriminação que perpassam as famílias pobres e, em especial, as famílias negras. Com relação à situação da mãe de Rose, podemos associar com aquilo que Gonzalez (1984) já dizia quanto a mulher negra da periferia, das baixadas da vida, posto que ela está sujeita aos mais trágicos e terríveis processos de subordinação, “exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha.” (GONZALEZ, 1984, p.231).

Já no que se refere ao fato de Rose e as demais meninas pobres servirem a outras meninas ricas, a narrativa ficcional parece apontar para o mesmo espaço caracterizado na reflexão de Crenshaw (2002) quanto a discriminação associada às forças econômicas e sociais, que “silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação.” (CRENSHAW, 2002, p.176). Em suma, a exploração do trabalho infantil mesmo nos ambientes assistencialistas como descrito no conto, e os demais contornos frente ao trabalho servil e braçal que atingem as mulheres pobres em todas as idades possíveis, aparecem como fatores que contribuem para a reprodução sistemática da subordinação.

Ademais, “raça e pobreza são sinônimos no Brasil.” (CARNEIRO, 2011, p.60). Comparativamente, esta parte do conto escancara uma realidade social em que muitas famílias negras estão, e estiveram historicamente, expostas. Segundo dados do IBGE<sup>5</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para o ano de 2018, a pobreza monetária entre famílias negras superava o dobro em proporção verificada entre as famílias brancas.

Em todo caso, ainda nos anos 1980, Lélia Gonzalez já discutia acerca das desigualdades sociais entre a população branca e negra, e, se comparados os dados daquela época com os dos dias atuais, pouca coisa mudou. Em vista destes dados e das dimensões sociais levantadas no conto por meio da família de Dusreis, compreende-se os motivos pelos quais as “crianças negras desde muito cedo, tem que “ir à luta” para ajudar na sobrevivência da própria família.” (GONZALEZ, 1985, p.5).

Ainda assim, como na luta de várias mulheres negras em todo país, a vida de Rose Dusreis não foi só marcada pelas dores e pelo sofrimento, mas também por conquistas e realizações. É bem verdade que a narrativa deixa claro que essas conquistas foram alcançadas através de numerosas dificuldades, no entanto, nossa protagonista realizou seu sonho e tornou-se bailarina e depois “professora de balé clássico e de balé afro, de jazz, de sapateado e de dança de salão.” (EVARISTO, 2011, p.106).

No conto, Rose menciona que estudou canto e balé clássico no centro religioso até os seus dezessete anos, “quando tive que deixar as irmãs e voltar à casa materna” (EVARISTO, 2011, p.113). Apesar de regressar para a sua família, não demorou muito para que outras portas se abrissem para Dusreis, e aos poucos, foi-se profissionalizando progressivamente, até que conseguisse fazer parte de grupos nacionais e estrangeiros, nos quais ela relata que “na maioria das vezes, eu era uma das poucas, se não a única bailarina negra do grupo.” (EVARISTO, 2011, p.113).

Contrastando com a realidade, sabe-se que o balé clássico faz parte de uma cultura hegemônica predominantemente europeia e que já representou, e ainda representa, pouca diversidade racial em sua manifestação artística. Sabemos, também, que embora o balé exista há centenas de anos, até há pouco tempo atrás, não existia no mercado sapatilhas em tons de marrom e bronze para bailarinas negras. Por fim, a isonomia entre mulheres negras e brancas ainda precisam ser superadas em vários níveis sociais, culturais e artísticos, como bem sugere Carneiro (2003).

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

Para finalizar, o conto ainda levanta uma questão que se insere no campo da saúde da população negra, pois Rose discorre sobre os destinos de suas irmãs depois de adultas. Adiná, a mais velha, “de tanto lidar com criança, como babá, aos poucos, em escolas noturnas, conquistou o diploma de professora.” (EVARISTO, 2011, p.114) Penha e Fátima, “as que ficavam sozinhas em casa, aprenderam a cozinhar cedo e a gerenciar uma casa [...] Hoje, o modesto hotel “Rosas Mil”, o único da cidade, pertence às duas.” (EVARISTO, 2011, p.114).

Porém, Nininha, a menorzinha, “nas vésperas dos vinte e um anos, se foi. Uma anemia repentina se instalou em seu sangue, a mesma que recentemente passou a rondar o meu. Brinco que meu sangue está se descolorindo, de vermelho tinto vai se embranquecendo.” (EVARISTO, 2011, p.114). A anemia que acometeu Rose e sua irmã, Nininha, no conto, pode fazer alusão a uma enfermidade que tem maior incidência na população negra. A anemia falciforme é uma anemia hereditária e “constitui a doença genética mais comum da população negra.” (CARNEIRO, 2003, p.207). Em decorrência desta realidade, um dos compromissos do feminismo negro foi lutar por ações de políticas públicas que dessem assistência médica para os portadores desta doença, “no que resultou, inclusive, no Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde – PAF – MS.” (CARNEIRO, 2003, p.207).

Portanto, tendo em consideração esta parte do conto e os demais extratos que foram abordados até o momento, vale aprofundarmo-nos um pouco mais no ideário interseccional permeado por Akotirene (2020) bem como nos discursos tracejados por Gonzalez e Carneiro, a respeito dos vários eixos que cruzam as mulheres negras da sociedade brasileira.

Assim em relação à violência simbólica a que Rose Dusreis foi constantemente acometida, Akotirene (2020) assinala, em outro contexto, para a interseccionalidade como instrumento heurístico que analisa as condições estruturais que atravessam os corpos de mulheres negras, entre elas, a violência simbólica posicionada em avenidas identitárias, que fazem da mulher negra, vulnerável e vítima de exclusão.

Concernente aos abusos sofridos por Rose, provenientes de suas professoras no espaço escolar, além do fragmento do conto exprimir uma realidade acerca dos espaços escolares, nos quais, ainda hoje, inferiorizam ou superestimam um grupo social/racial em detrimento do outro, a narrativa denota também as desigualdades internas entre o mesmo gênero. Politizar as desigualdades de gênero traduz aquilo que Carneiro (2003) tem como propósito e compromisso no interior do feminismo negro: a) o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; b) o reconhecimento das diferenças intragênero; c) o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; (CARNEIRO, 2003, p.217)

Nesse sentido, alcançar a equidade intragênero é uma das lutas que vêm sendo tratada nos núcleos do feminismo negro, cujo objetivo maior é extinguir as desigualdades existentes entre o mesmo gênero. Superar os estereótipos que afetam a população negra, em particular, a mulher de cor, também se encontra nas mobilidades interseccionais e na perspectiva feminista negra. Deste modo, “o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero e privilégios de classe.” (AKOTIRENE, 2020, p.22), pois o peso da classe social e racial exercem em cima das vidas negras, múltiplas e dolorosas condições, como bem é desvelado no conto “Rose Dusreis”.

O peso social, racial e de gênero manifestado pela personagem principal e pelos personagens secundários, como sua mãe e suas irmãs, trazem para o centro do debate, as questões de subordinação, exploração e sujeição em que muitas mulheres negras pobres se submetem pela sobrevivência. Logo, “raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida<sup>6</sup>”. Deste modo, a interseccionalidade “revela o que a classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe.” (AKOTIRENE, 2020, p.500).

A interseccionalidade, de acordo com Akotirene (2020), demonstra o racismo anexado por outras estruturas, como as amarguras que transpassam as famílias pobres e de cor. A respeito da mulher negra estritamente, a interseccionalidade também propõe enfrentar os “casos de violência contra as mulheres de cor, lidar com a interconexão das estruturas em direção às mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo e da exploração de classe, [...] atravessada pela experiência coletiva da mulher negra.” (AKOTIRENE, 2020, p.100).

Em face dessa experiência coletiva da mulher negra, podemos considerá-la composta no conto por meio da vida de Rose e de sua família, todas mulheres, experienciando vivências de discriminação, afastamento parental, preconceito racial e social, mas também sobrevivendo pela força e resistência. As mulheres negras brasileiras “tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social” (CARNEIRO, 2011, p.130), mas diante destas amargas condições, também tiveram “seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país.” (CARNEIRO, 2011, p.130). Alicerçado nesta experiência que galgam as mulheres negras brasileira, Carneiro (2018) defende que:

A construção da plena cidadania para as mulheres negras passa pela eliminação dos mecanismos de discriminação racial e pela aplicação efetiva dos dispositivos legais, nacionais e internacionais, que criminalizam a prática

---

<sup>6</sup> Artigo publicado no portal Geledés – Instituto de Mulher Negra. Disponível em: <[https:// www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/](https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/)>.

do racismo e da discriminação racial. Nesse sentido, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como também a questão de gênero da sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2018, p.171).

Dessa maneira, certifica-se, portanto, que o feminismo negro se desdobra nas mesmas pautas anunciadas pela interseccionalidade de Akotirene (2020), nos quais ambas, enquanto abordagens, posicionam-se em defesa das mulheres negras, “sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas.” (AKOTIRENE, 2020, p.48).

Sem embargo, a interseccionalidade também é a força motriz que aponta para novos caminhos “que nos permitem criar novas alternativas de ser e estar no mundo.” (AKOTIRENE, 2020, p.112). Em razão disso, a interseccionalidade, como sustenta Akotirene (2020), está no embrião da mulher negra e é “dela o coração do conceito de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2020, p.24) e, talvez por isso, apesar de toda a dificuldade que a mulher negra enfrenta, principalmente a anônima, é ela “quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo.” (GONZALEZ, 1982, p.414).

Em virtude de tal força apontada por Gonzalez (1982) e Akotirene (2020), segue-se com a mesma potência a literatura como forma de “transgressão que explora um léxico operatório que vislumbra alcançar outros sentidos, outros dizeres, outras intenções.” (FONSECA, 2018, p.218). Como resultado disso, essa transgressão articulada com a resistência se converte na função poética no final do conto, quando a personagem principal se despede da dança da vida:

[...] Rose Dusreis se entregava ao balé da vida, numa coreografia moderna, que ela mesma havia criado [...]. Ali ela apreendera o bailado da existência. Dança que os kendianos, em determinados momentos, realizam como celebração da vida, que se inaugura e que um dia qualquer se esvai, como dádiva de uma força maior. Força que rege a vida dos homens, dos animais, das plantas, de tudo que existe. Força que está guardada em nosso corpo, a sua versão visível e que não finda, mesmo quando esse corpo tomba, como se fosse a mais tenra pelagem das asas de um frágil pássaro bebê, flutuando no ar. Essa força não finda, havia me garantido a bailarina, antes de se levantar para a sua dança final. Não finda! Pois o que se apresenta como revelação aos nossos olhos, aos nossos ouvidos, guarda insondáveis camadas do não visto e do não dito e eu digo do não escrito. Entretanto, signos de presença subsistem na aparente ausência daqueles que partiram de nós [...] (EVARISTO, 2011, p.116).

Por efeito, contemplamos essa força que se poetiza na finalização do conto, abordando a função da literatura como representação de uma dada realidade social e humana, em que obras

e atitudes “englobam a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas.” (CANDIDO, 2006, p.33). O trabalho com a palavra torna-se, então, “a incompletude expressiva das emoções.” (SILVA, 2006, p.70).

A literatura como produto social, cultural e simbólico tece linhas de matrizes que reinscreve e escreve histórias a serem lembradas, como reflexões inerentes da nossa própria realidade. Como consequência, nos proporciona a ampliação do senso crítico, no qual ultrapassa a simples decodificação formal e estilística da literatura. O conto “Rose Dusreis”, neste aspecto, constrói como força poética condições significativas que geram imagens e histórias a serem celebradas e perpetuadas como signo estético da nossa individualidade e coletividade.

Afinal, a literatura situada no conto de Dusreis é, antes de tudo, fruto da memória coletiva que se “elabora com a busca da palavra transgressora e de uma estética que, ultrapassando a norma literária vigente, particularize uma percepção do “saber ser negro.” (FONSECA, 2018, p.205).

## 5. Conclusões

Este trabalho se propôs analisar o conto “Rose Dusreis”, de Conceição Evaristo (2011), a partir da matriz construtiva da personagem e da narrativa, correlacionando-as com as concepções, que com a noção de interseccionalidade, se acentuam nas demandas pertinentes ao gênero, a raça e a classe, tanto no núcleo do feminismo negro quanto no debate atual acerca do conceito.

Dentro dessa perspectiva, foi possível determinar primeiramente que os enunciados de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro no íntimo do feminismo negro estabelecem correspondências ao sentido de interseccionalidade enquanto abordagem que entrecruzam estruturas simultâneas de gênero, de raça, classe e nação. Na mesma medida, constatou-se igualmente que a interseccionalidade como método analítico que busca compreender as colisões de opressões estruturais indissociáveis posiciona-se no centro das experiências e reivindicações do feminismo negro.

Desta maneira, a presença de articulação entre raça, gênero e classe se faz extremamente necessária, dado que “a interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE, 2020, p.62), assim como o femismo negro em suas requisições.

Assim sendo, a ideia de interseccionalidade é, antes de tudo, um instrumento de luta política de mulheres negras que atravessou o atlântico e influenciou gerações, logo, a natureza

interseccional se desenvolve numa dinâmica complexa, que desafia as redes de desigualdades sociais, raciais e de gênero. No entanto, essas redes continuam se preservando e se reestruturando frequentemente.

Diante disso, há ainda muitos desafios porvir, e o letramento interseccional pode ser uma importante ferramenta de emancipação política que dialoga com o feminismo negro em busca de compreender e desafiar o racismo, opressão de classe e a de gênero.

Do mais, julga-se paralelamente que o conto “Rose Dusreis” de Evaristo (2011), materializa-se na ótica interseccional, comunicando-se com as iniquidades de gênero, de raça e de classe social. A narrativa, com sua personagem principal e com as secundárias, materializaram em diferentes episódios marcas sociais como a miséria familiar, a subalternidade em prol da sobrevivência, a exploração da força de trabalho em diferentes níveis e idades, e o distanciamento familiar devido à extrema pobreza.

No que concerne aos sustentáculos do racismo e das questões de gênero, é preciso considerar que “gênero inscreve o corpo racializado” (AKOTIRENE, 2020, p.28) e que, deste modo, a história de Rose e de sua família possui rastros racistas e sexistas exercidas sobre elas.

No conto, Rose, sua mãe e suas irmãs (ao menos na infância) têm seus lugares na força de trabalho conotativas ao gênero, ou seja, são domésticas, babás, lavadeiras, cuidadoras do lar, etc., e que embora não haja explicitamente no conto repressões produzidas diretamente pelo patriarcado, há um desamparo emocional e financeiro por meio dos patrões de sua mãe, desconsiderando completamente o parentesco entre as famílias, ignorando a morte de seu esposo e as crianças que não têm com quem deixar. Esse comportamento dos patrões de sua mãe pode ser inferido com a ideia patriarcal de que a mulher, e especialmente a mulher negra, tudo suporta, e tudo aguenta.

Por fim, o preconceito de raça esteve presente, como uma força condicionante das vidas ficcionais, por toda extensão do conto, sobretudo, os preconceitos raciais vividos pela protagonista. Por intermédio da construção da personagem Rose, a narrativa articulou discursivamente as estruturas sociais, de gênero e de raça, corporificadas em cada passo da dança/vida e de luta de Rose Dusreis. Portanto, concretiza-se no conto, a interseccionalidade como imagem dominante, pois a história circunscreve a sobreposição de opressões que, na especificidade da mulher negra, é operatória.

O conto ainda explicita uma existência que acompanha a diversidade das experiências raciais que consubstanciam as mulheres negras em termos identitários e sociais. Destarte, a história de Rose traz, para o leitor e para este trabalho, reflexões alinhadas entre a história narrada e a história vivida, fluidas no corpo e no coração da identidade negra. Por conseguinte,

em face a realidade e ficção, o conto “Rose Dusreis” não é só a mimesis da vida, mas também (re) criação.

Desta forma, conclui-se que a escrita de Evaristo (2011) ostentada no conto “Rose Dusreis” ocupa um lugar de enunciação solidária com o engajamento interseccional aqui exibido pela ótica de diferentes intelectuais. Entende-se também que a narrativa do conto maneja especialmente com o universo das mulheres negras do nosso país, onde seu espaço de identificação, metaforiza-se em recriações físicas, psicológicas, econômicas e sociais de suas personagens femininas. Com efeito, temos, portanto, a palavra (o conto) e o discurso (a interseccionalidade), unidos pela “subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir de mulheres negras na sociedade brasileira.” (EVARISTO, 2009, p.17).

## 6. Referências

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CARNEIRO, S.; SANTOS, T. Mulher negra. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, 17(49), 2003, p. 196-223.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. [[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminis mo%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminis%20negro.pdf)] > – acesso em: 27 jun. 2021].
- CARNEIRO, S. Racismo na educação infantil. In: CARNEIRO, S. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil / Sueli Carneiro – São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, n.1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf> Acesso em: 28 jun. 2021.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (orgs). Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Insubmissas lágrimas de mulheres. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2011.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.
- FIALHO, Elisângela Aparecida Lopes. Insubmissas lágrimas de mulheres: um projeto estético, narrativo e autoral. In: CÔRTEZ, Cristiane; DUARTE, Constância Luma; PEREIRA, Maria do Rosário A; (Orgs.) Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo, Belo Horizonte: Ideia, 2018.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Vozes em discordância na literatura afro-brasileira contemporânea. In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). Poéticas afro-brasileiras. Belo Horizonte: Mazza: PUC Minas, 2002, p. 191-220

GENETTE, G. Discurso da narrativa. Lisboa: Vega, 1995.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.) O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo: Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs, 1984.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (org.). Pensadores negros - pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 387-40

SILVA, Franklin Leopoldo e. Literatura e experiência histórica em Sartre: o engajamento. Dois pontos. Curitiba, v. 3, p. 69-81, UFPR, 2006.